



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 6489

**Presidente da Mesa Diretora:** Sebastião Ildeu Maia

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Valcir Soares Silva

**Data:** 18/04/2006

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 149/2006. Dispõe sobre “Reserva de Vagas” para estagiário portador de deficiência, em órgão da Administração Pública direta e indireta do município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.660, de 11/10/2006).

**Controle Interno – Caixa:** 9.3

**Posição:** 10

**Número de folhas:** 11

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversos  
Cl: 9.3  
Ordem: 10  
nº fls: 08



149/2006  
19.09.2006

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006

Lei nº 3.660, de 11/10/2006

AUTOR:

Ver. Valcir Soares Silva

ASSUNTO:

Dispõe sobre Reserva de Vagas para Estagiário portador de  
Deficiência em Órgão da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em - 18/04/2006
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - SOBRESTAMENTO POR 15 DIAS EM
- 4 - EM 29.08.2006
- 5 - APROVAÇÃO EM 1ª EM 14.09.2006
- 6 - APROVAÇÃO EM REGIME DE URGÊN
- 7 - CIA EM. 19.09.2006, SALVO
- 8 - EM EN MS.
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006

**Valcir**  
da ADEMOC  
Acessibilidade a todos

## DISPÕE SOBRE RESERVA DE VAGAS PARA ESTAGIÁRIO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Ficam reservadas 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a estagiários, em órgão da administração pública direta e indireta do Município, para pessoa portadora de deficiência.

**Parágrafo único** - Para o fim desta Lei, o conceito de pessoa portadora de deficiência será:

**I - deficiência física** - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

**II - deficiência auditiva** - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) - surdez leve;
- b) de 41 a 55 db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db - surdez severa;
- e) acima de 91 db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECB.
11 / 04 / 2006	
HORA: 17:00	
ASS: _____	



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

**Valcir**  
da ADEMOC  
*Acessibilidade a todos*

**III - deficiência visual** - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

**Art. 2º** - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 18 de abril de 2006.

**Valcir Soares Silva**

Vereador

2º Secretário





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador VALCIR da ADEMOC

**Valcir**  
De **ADEMOC**  
*Acessibilidade a todos*

### **Justificativa:**

A intenção do presente Projeto de Lei é a de buscar realizar a igualdade material, assegurada constitucionalmente, proporcionado aos estudantes portadores de deficiência a realização de estágios relevantes para a sua formação acadêmica e para o posterior ingresso no mercado de trabalho.

A importância social da referida proposição reside na intenção de diminuir o preconceito e a exclusão em relação aos estudantes portadores de deficiência.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 18 de abril de 2006.

  
**Valcir Soares Silva**  
Vereador  
2º secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 18 DE ABRIL DE 2006  
[Assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
EM 14 DE SETEMBRO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGENCIA  
EM 19 DE SETEMBRO DE 2006  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2005 QUE “Dispõe sobre reserva de vagas para estagiário portador de deficiência em órgão da Administração pública direta e indireta do Município”, de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Tanto a Constituição Federal quanto a legislação infraconstitucional, prevêm a obrigatoriedade da reserva de vagas para deficientes em caso de concurso público, não havendo nenhuma referência a estágio em órgãos públicos.

Portanto, ao criar tal exigência o presente projeto estaria ferindo o artigo 51 da Lei Orgânica, vez que a atribuição para a criação de empregos, cargos e funções públicas é de competência exclusiva do Executivo.

Assim, somos de parecer que mencionado Projeto de Lei é ilegal e inconstitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 25 de maio de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2006 QUE “DISPÕE SOBRE RESERVA DE VAGA PARA ESTAGIÁRIO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO”, DE AUTORIA DO VEREADOR VALCIR SOARES SILVA.**

### **I - RELATÓRIO**

Nos termos *art.67 e 68* do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas.

O Projeto, sob a análise, trata de matéria que dispõe sobre reserva de vaga para estagiário portador de deficiência em Órgão da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

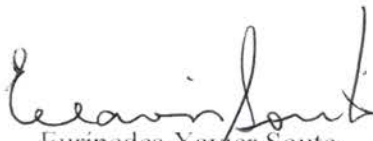
No entendimento desta Comissão, o referido projeto não fere as normas do art. 51 da Lei Orgânica, vez que a redação do seu art. 1º, não cria cargos, funções ou empregos, que interferem na organização dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, dispõe somente sobre reservas de vagas para estagiários portadores de deficiência, dentre as vagas já oferecidas à estagiários pela administração pública previstas no Capítulo II da Lei 3.175/03 - Estatuto do Servidor Público - art. 200, alterado pela Lei 3.515/05 que estabelece: “Ficam disponibilizadas vagas para admissão de estagiários no Município, limitadas em até 10% (dez por cento) do total de servidores municipais em atividades, quando houver o dispêndio de bolsa de estudo, e observado, em todo caso, a disponibilidade financeira e orçamentária do Município”, razão pela qual, afasta o vício formal de iniciativa.

Atenta, porém, para que seja, acrescentada a palavra “preferencialmente” por estagiários portadores de deficiência.

### **II - CONCLUSÃO**

Sendo assim, a Comissão de Legislação Justiça e Redação considera o presente projeto, legal e constitucional.

Montes Claros, 07 de agosto de 2006.

  
Euripedes Xavier Souto  
Presidente

  
Ademar de Barros Bicalho  
Vice-presidente

  
Antônio Silveira de Sá  
Relator





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Valcir da Ademoc

**Valcir**  
**ADEMOC**  
Acessibilidade a todos

EMENDA AO PROJETO DE LEI \_\_\_\_\_/2006 QUE DISPÕE SOBRE RESERVA DE VAGAS PARA ESTAGIÁRIO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO

**EMENDA 1 – Altera o Parágrafo Único do artigo 1º que passa a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 1º - (...)

Parágrafo único: Para o fim desta Lei o conceito de pessoa deficiente será o definido pelo Decreto Federal n.º 3.298/99 que regulamenta a Lei Federal 7.853/89 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.

**EMENDA 2 – Altera o artigo 2º e acrescenta os Parágrafos 1º e 2º, que passam a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 2º - No ato da inscrição, além dos documentos exigidos a todos os candidatos, o candidato deficiente deve comprovar:

- a) A matrícula e a frequência no curso objeto do estágio;
- b) Laudo médico que atesta a deficiência.

Parágrafo 1º - A compatibilidade entre a deficiência e o exercício da função será avaliada por perícia médica realizada pela Administração Municipal.

Parágrafo 2º - Caso a aplicação do percentual de que trata o *caput* do artigo 1º resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

**EMENDA 3 – Altera o artigo 3º e acrescenta o Parágrafo Único, que passam a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 3º - Havendo inscrições insuficientes de candidatos deficientes em relação à reserva das vagas, as remanescentes serão revertidas para os demais candidatos.





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Valcir da Ademoc

**Valcir**  
**ADEMOC**

Acessibilidade a todos

Parágrafo único: Não havendo qualquer candidato deficiente logrado aprovação, a Administração Municipal poderá convocar a ocupar os cargos os demais aprovados, obedecida a ordem de classificação.

Aprovado  
em 19/09/06  
*[Assinatura]*

**EMENDA 4 – Acrescenta o artigo 4º que passa a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 4º - Serão asseguradas ao estagiário portador de deficiência as adaptações necessárias ao desempenho da atividade.

**EMENDA 5 – Acrescenta o artigo 5º que passa a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 5º - O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Aprovado  
em 19/09/06  
*[Assinatura]*

**EMENDA 6 – Acrescenta o artigo 6º que passa a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Aprovado  
em 19/09/06  
*[Assinatura]*

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 4 de setembro de 2006.

*[Assinatura]*  
**Valcir Soares Silva**  
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 12 DE SETEMBRO DE 2006  
PRESIDENTE

El Regal e Constitucional  
V. 12  
F. 12

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
UNICA  
EM 19 DE SETEMBRO DE 2006  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2006 QUE “Dispõe sobre Reserva de Vagas para Estagiário portador de deficiência em órgão da Administração Pública Direta e Indireta do Município.”, de autoria da Vereador Valcir Soares Silva.**

Emendas enviadas à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

As emendas sob comento alteram vários dispositivos do projeto sob comento, motivo pelo qual passamos à análise de cada uma.

A primeira emenda altera o Parágrafo Único do artigo 1º do dito projeto, sendo que não se vislumbra nenhuma ilegalidade na referida emenda, tendo em vista que altera o conceito de deficiência prevista no artigo primeiro.

A segunda emenda altera o art. 2º e acrescenta os Parágrafos 1º e 2º ao referido projeto, onde também não se vislumbra nenhuma ilegalidade na segunda emenda, seja na alteração do caput do artigo, seja nos parágrafos primeiro e segundo.

A terceira emenda altera o artigo 3º e acrescenta o parágrafo único do mencionado projeto de lei, momento em que também não se vislumbra nenhuma ilegalidade na referida emenda.

A quarta emenda acrescenta o artigo 4º ao referido projeto de lei.


Nota-se um vício de redação na referida emenda, tendo em vista que não dispõe que adaptações serão estas, se apenas de cunho estrutural ou físicas, posto que neste último caso envolveria o gasto de valores por parte do poder Executivo, ocorrendo um vício de iniciativa.

A quinta emenda acrescenta o artigo 5º ao mencionado projeto, tratando do prazo de regulamentação do dito projeto, não se vislumbrando nenhuma irregularidade ou vício na citada emenda.

A sexta emenda acrescenta o artigo 6º ao projeto, onde também não se vislumbra nenhuma irregularidade ou vício na citada emenda.

É o parecer sob censura.

Montes Claros/MG, 13 de setembro de 2006.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605